



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE PERÍCIAS - DPER/INC/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA (DISPENSA DE LICITAÇÃO) Nº 3503804/2017-DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000800/2017-22

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para o laboratório da Área de Perícias em Genética Forense- APGEF da Polícia Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

TABELA 01- Da descrição e quantitativos

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
único	Dispositivo completo de lise e filtragem (tipo Lyse&Spin Basket , LySep Columns ou CW Spin Baskets): Dispositivos filtrantes confeccionados em polipropileno compostos por cesta/filtro e microtubo que se encaixam, com capacidade nominal mínima de 600 microlitros e com certificado de esterilidade “grau forense” ou pelo menos livres de DNA e DNase, para separação de restos sólidos do lisado através de centrifugação, sem a necessidade de manipulação dos restos sólidos por parte do usuário. Apresentação: unidade		Unidade	2500	8000

~~1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.~~

~~1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

~~1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 7º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

1.5. A validade de todos os itens não poderá ser inferior a 10 (dez) meses ou 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante. Em caso de o material apresentar problemas no decorrer da sua garantia/validade, a empresa será notificada pela Área de Material para realização de troca.

1.6. Da sustentabilidade ambiental: O item constante neste termo de referência pode ser classificado como plásticos para efeitos de análise quanto à sustentabilidade ambiental. Com finalidade de evitar contaminação durante os exames genéticos, ou ação de inibidores de reações provenientes de matéria prima impura, a especificidade do setor demanda produtos, em sua grande maioria, proveniente de plástico virgem. Apesar disso, a coleta dos destes insumos, que são descartáveis, é realizado por empresa especializada em coleta/tratamento de lixo hospitalar.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1- Da necessidade das aquisições

Esta aquisição se refere a materiais básicos e reagentes de Biologia Molecular que possuem uso corriqueiro no laboratório da Área de Perícias em Genética Forense do Instituto Nacional de Criminalística. São itens essenciais à análise pericial de materiais biológicos relacionados a ilícitos penais, como sangue, ossos, pedaços de tecido e fios de cabelo encontrados em locais de crime e em outras análises em genética forense efetuadas pelo Laboratório.

É relevante considerar a necessidade do aporte constante de materiais e reagentes supramencionados, pois além de prazos de validade limitadas, a demanda do laboratório pode variar em função de eventos imprevisíveis, como desastres em massa. Deve-se ressaltar a urgência na compra de diversos desses materiais uma vez que alguns dos itens já se esgotaram e outros apresentam estoque próximo do fim, o que compromete sobremaneira a elaboração de qualquer análise a ser efetuada pelo laboratório de genética forense.

Considera-se ainda, que em tempos recentes, houve notável acréscimo da demanda setorial e expressivo aumento da rotina de casos de competência da Polícia Federal, principalmente a partir da criação do Banco Federal de Perfis Genéticos (Portaria no. 079/2011-DITEC/DPF, de 28 de setembro de 2011, publicado no Boletim de Serviço no. 194, de 07 de outubro de 2011) e sua operacionalização a partir da Lei 12654/2012 e do Decreto 7950/2013 (Institui o Banco Nacional de Perfis Genéticos e a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos).

2.2. Da Justificativa para o Quantitativo dos bens

As quantidades dos produtos a serem adquiridos foram estipuladas considerando: 1) Informações contidas no Sistema Criminalística – SisCrim, que é o sistema oficial de gerenciamento de documentações e materiais utilizado por todas as unidades de perícia do Departamento de Polícia Federal. Tal sistema possui relatório informativo com o número de casos pendentes sendo que em média, são processadas cinco amostras por caso, estimando-se, portanto, a quantidade de insumos a serem adquiridos; 2) mensuração do consumo dos insumos em estoque, mediante comparação do levantamento anual de estoque do exercício 2016 com o 2017; 3) Planejamento para a operacionalização de identificações criminais com fulcro na Lei nº 12.654/2012.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. De acordo com a referida lei, consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço:

4.1.1 **BRASÍLIA/DF:** Instituto Nacional de Criminalística, Quadra 07, lote 23, Setores Complementares, CEP 70.610-200, Brasília-DF, Telefone/Fax (61) 2024-9842, no horário de 8h a 11h ou 14h a 17h. A empresa beneficiada será responsável pela confirmação do local e horário para a entrega dos materiais, mediante contato telefônico com a seção de almoxarifado pelo telefone (61) 2024-9828.

4.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 10 (dez) meses, ou dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias corridos, pelos (as) responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.1. Os bens serão provisoriamente recebidos pela Comissão de Fiscalização e Recebimento, no ato da entrega, mediante assinatura do canhoto da nota fiscal.

4.3.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.1. Na situação de desconformidade, a Administração notificará a CONTRATADA, por escrito, no máximo em 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento provisório dos bens, informando qual(is) item(ns) deverá(ão) ser substituído(s).

4.4.2. O prazo de substituição acima proposto, terá início a partir da confirmação de recebimento, pela, CONTRATADA, da notificação de reprovação.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte dias) corridos, contados do recebimento provisório, após a verificação e confirmação das especificações, descrições técnicas, qualidade e quantidade do material constantes neste Termo de Referência e na proposta da CONTRATADA, e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e atesto da Nota Fiscal.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes de vícios, defeitos verificados e comprovados no momento do efetivo uso dos bens recebidos.

4.7. No ato da entrega, caso o(s) produto(s) ofertado(s) tenha(m) saído de linha de produção do fabricante, deverá(ao) ser entregue(s) aquele(s) que substituiu(íram) o(s) antigo(s), ou seja, o(s) mais atualizado(s), sem ensejar ônus adicional para a Administração Pública, devendo ser apresentada a respectiva comprovação da descontinuidade.

4.8. A empresa vencedora se responsabiliza, integralmente, por quaisquer avarias, violações e eventuais problemas ocorridos durante o transporte dos produtos até o local de sua efetiva entrega.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido sem qualquer ônus para a contratante;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. Consoante o artigo 45 da Lei nº9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e

da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, qual seja 60 (sessenta) dias corridos, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto deste Termo de Referência.

6.1.7. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto deste Termo de Referência.

6.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições de execução do objeto; não haja prejuízo à execução pactuada e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da execução do objeto.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

~~9.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.~~

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em

corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. Os representantes da Administração anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Fraudar na execução do objeto;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não manter a proposta.

10.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. Multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias; sem prejuízo das demais penalidades. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento), por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

10.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11- AVALIAÇÃO DE CUSTO

11.1. O custo médio estimado da presente aquisição é de **R\$ 7.966,33 (sete mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta e três centavos)** conforme a tabela:

TABELA 02- Da avaliação de custos

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO
COTAÇÃO 1	Dispositivo completo de lise e filtragem (tipo Lyse&Spin Basket , LySep Columns ou CW Spin Baskets): Dispositivos filtrantes confeccionados em polipropileno compostos por cesta/filtro e microtubo que se encaixam, com capacidade nominal mínima de 600 microlitros e com certificado de esterilidade “grau forense” ou pelo menos livres de DNA e DNase, para separação de restos sólidos do lisado através de centrifugação, sem a necessidade de manipulação dos restos sólidos por parte do usuário. Apresentação: unidade QUANTIDADE MÁXIMA REQUERIDA: 2500 unidades
	VALOR COTADO: R\$ 800,00 (apresentação 250 ud/embalagem) VALOR MÁXIMO DISPENSA: R\$ 8.000,00 QUANTIDADE: 8000/800 = 10 embalagens (2500 unidades) VALOR REQUERIDO: 10 x R\$ 800 = R\$ 8.000,00
	VALOR COTADO (LOTE):

único	COTAÇÃO 2	<ul style="list-style-type: none"> • Item “a” do lote (cód. AS8101) R\$ 565,00 (50 ud/embalagem) • Item “b” do lote (cód. AS8201) R\$ 160,00 (50 ud/embalagem) <p>VALOR MÁXIMO DISPENSA: R\$ 8.000,00</p> <p>QUANTIDADE: itens “a” e “b” são utilizados simultaneamente (AQUISIÇÃO EM LOTE). Uma embalagem do item “a” + uma embalagem do item “b” = R\$ 565,00 + R\$ 160,00 = R\$ 725. Considerando o valor máximo de Dispensa de Licitação= R\$ 8.000/725 = 11 embalagens (550 unidades)</p> <p>VALOR REQUERIDO: 11 x R\$ 725 = R\$ 7.975,00</p>
	COTAÇÃO 3	<p>VALOR COTADO: R\$ 7924,00 (apresentação 500 ud/embalagem)</p> <p>VALOR MÁXIMO DISPENSA: R\$ 8.000,00</p> <p>QUANTIDADE: 8000/7924 = 1 embalagem (500 unidades)</p> <p>VALOR REQUERIDO: 1 x R\$ 7924 = R\$ 7924,00</p>
	MÉDIA:	R\$ 7.966,33

12- DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados do atesto da nota fiscal, a ser processado, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

12.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa beneficiária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.

12.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa beneficiária, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada a fatura relativa aos Incisos III e IV, Art 29 da Lei n. ° 8.666/93.

12.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento sustado até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

12.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a DITEC reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

12.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento e desde que a CONTRATADA

não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, serão calculados à 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso.

12.7. A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

13- RESPONSÁVEL PELO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente Termo de Referência foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, da aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame licitatório e constituindo-se em Anexo do Edital.

Brasília/DF, 22 de Setembro de 2017.

RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR

Perito Criminal Federal

Chefe da APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

De acordo.

MARCOS VINÍCIUS GARCIA RODRIGUES LIMA

Perito Criminal Federal

Chefe substituto da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Termo de Referência em _____ de _____ de 2017.

MAURO MENDONÇA MAGLIANO

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico substituto



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO CARNEIRO DA SILVA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 28/09/2017, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS VINICIUS GARCIA RODRIGUES LIMA, Chefe de Divisão - Substituto(a)**, em 28/09/2017, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MAURO MENDONÇA MAGLIANO, Diretor - Substituto(a)**, em 29/09/2017, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4073884** e o código CRC **C110B138**.